

HABEAS CORPUS Nº 468.912 - SP (2018/0236995-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : ALEXSSANDRO REZENDE DA SILVA
ADVOGADO : ALEXSSANDRO REZENDE DA SILVA - SP161057
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FABIO ALEXANDRE ALVES FARIA

EMENTA

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO (ORDINÁRIO OU ESPECIAL). INADEQUAÇÃO. MÉRITO. ANÁLISE DE OFÍCIO. EXTORSÃO QUALIFICADA. PRELIMINAR DE *REFORMATIO IN PEJUS* REJEITADA. RECURSO DA ACUSAÇÃO E COMPETÊNCIA DO JUÍZO REVISIONAL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DA JURISDIÇÃO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INOCORRÊNCIA. AGUARDAR DECURSO DOS PRAZOS RECURSAIS. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio. Precedentes. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.

2. Rejeitada a preliminar de nulidade por *reformatio in pejus*. Primeiro porque houve recurso da acusação. Segundo porque, mesmo diante de recurso exclusivo da defesa, o entendimento desta Corte Superior é no sentido de que a determinação da execução provisória da pena encontra-se dentre as competências do Juízo revisional e independe de recurso da acusação. Precedentes.

3. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, entendeu que *A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal.* (STF, HC 126292, Relator Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 17/02/2016, processo eletrônico DJe-100, divulgado em 16/05/2016, publicado em 17/05/2016).

4. No particular, o paciente respondia ao processo em liberdade e o Tribunal local, acolhendo em parte o recurso da acusação, reformou parcialmente a sentença para majorar a pena privativa de liberdade que lhe foi imposta pela prática do crime de extorsão, afastar a prescrição e determinar a sua prisão. O processo aguarda decurso de prazo na instância ordinária. Embora seja possível dar início à execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da condenação, sem que isso importe em violação do princípio constitucional da presunção de inocência, há que se aguardar o exaurimento da jurisdição das instâncias ordinárias.

5. *Habeas Corpus* não conhecido. Ordem concedida de ofício para, confirmando a medida liminar outrora deferida, suspender a prisão do paciente até o exaurimento da jurisdição das instâncias ordinárias, sob a imposição da medida cautelar prevista no artigo 319, inciso I (comparecimento periódico em juízo para informar e justificar suas atividades) do Código de Processo Penal, cuja regulamentação será feita pelo Juízo de primeiro grau, sem prejuízo da fixação de outras medidas cautelares.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido e conceder "Habeas Corpus" de ofício, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Felix Fischer e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator